



Universidades Lusíada

Mariz, Fernando

A relação homem/espço no norte de Portugal : os valores de um código, de um lugar e as relações entre lugares, nos primórdios da sedentarização

<http://hdl.handle.net/11067/399>

Metadados

Data de Publicação	2010
Resumo	The man in the north of Portugal, with cultural origin in what today is called the Castro culture, his own identity and values. When he settled a territory for the first time, he had to find the possible mechanisms to protect himself and to be able to relate collectively. So, he had to live in balance with the need of interact with others and, at the same time, his need for intimacy. So, on one hand, he provided possibilities for the relationship to happen - in open areas and predominantly publi...
Palavras Chave	Espaço (arquitectura), Arquitectura vernácula - Portugal
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FAA] RAL, n. 1 (2.º semestre 2010)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-25T02:12:57Z com informação proveniente do Repositório

A RELAÇÃO HOMEM/ESPAÇO NO NORTE DE PORTUGAL OS VALORES DE UM CÓDIGO, DE UM LUGAR E AS RELAÇÕES ENTRE LUGARES, NOS PRIMÓRDIOS DA SEDENTARIZAÇÃO

Fernando Mariz

ABSTRACT

The man in the north of Portugal, with cultural origin in what today is called the Castro culture, has his own identity and values. When he settled a territory for the first time, he had to find the possible mechanisms to protect himself and to be able to relate collectively. So, he had to live in balance with the need of interact with others and, at the same time, his need for intimacy. So, on one hand, he provided possibilities for the relationship to happen - in open areas and predominantly public - on the other, he gave these important territorial boundaries that resulted in its isolation to the others - in private areas.

To formalize these intentions, the human body has the autonomous entities, consisting of several buildings that formed the Housing Units. Closed in themselves, these organizations, which by their sum constituted the nuclei, were emerging through the rational positioning built an outer space belongs to public pathways, which was understood as an expression and reflection of a less public area and therefore more private. Setting up indoors for no one outside, these areas have not been emancipated, of course and demonstrate an understanding to the perception of structures generated from isolated elements.

Carrying strong intentions, this definition of an area with specific values creates segregation, or transitions, compared to public pathways, and was, of course, linked to a speech highly related to organizational concerns the survival of individuality and life in society.

With these attitudes, the human ancestor of northern Portugal, realizing that what today is called the architecture could lead to feelings and act in a decisive manner to his well being, discovered and formalized entities that protected his private space. These transition spaces, distinguished by their own language demonstrate the existence of transition zones between the Public and the Private and the result of desires that no longer seem to have finished to follow the Man.

PALAVRAS-CHAVE

Transição; Público; Privado

Desde os primórdios da sedentarização na zona norte de Portugal que o Homem teve necessidade de encontrar na sua habitação argumentos construtivos que lhe fornecessem a capacidade para se integrar com os membros da sua própria espécie.



Até aí nómada, não experimentava os problemas inerentes a uma fixação duradoura num determinado território. Com a sedentarização e através de mecanismos próprios de defesa, procurou encontrar espaços próprios e seguros para suprir as suas necessidades e poder então corporizar comportamentos pessoais. Num primeiro momento da fixação a um local e num âmbito até aí vazio de qualquer matriz compositiva, a relação entre o Homem e o Espaço é natural que tenha obedecido a um desenvolvimento mental bastante influenciado por uma aprendizagem empírica e racional. Através de exercícios do pensamento simples, mas naturalmente eficazes, o Homem iniciou uma aprendizagem apoiada numa das suas maiores virtudes, a insatisfação. Uma evolução que, vinda, porventura, das profundezas da sua alma, produziu desenvolvimentos topológicos onde, entre outras coisas, se torna evidente a necessidade de uma hierarquia entre lugares. Esta necessidade de graduação relacionada com valores espaciais tinha, obviamente, uma razão de ser e, independentemente do seu grau de valorização, é uma constante sempre repetida quando se

examinam as habitações então desenvolvidas. Uma hierarquia que, no que diz respeito à habitação de cada um, procurava, invariavelmente, afastar as zonas verdadeiramente públicas das privadas. Estas atitudes, relacionadas com uma identidade cultural e com regras topológicas que o homem entendia necessárias, provocaram e emanciparam códigos próprios, códigos esses que, numa das leituras possíveis, estavam também intrinsecamente relacionados com a percepção e sensações que o Homem tinha do espaço que usava. Códigos conceptuais que, por serem os primeiros - já que foi nessa altura que o Homem se fixou efectivamente a um local -, tem naturalmente uma importância acrescida. Uma importância, sem dúvida fundamental, até porque ainda hoje se mantêm activos e estão concomitantemente associados aos modos de ser, de pensar e de actuar das gentes que continuam a povoar a zona norte de Portugal.

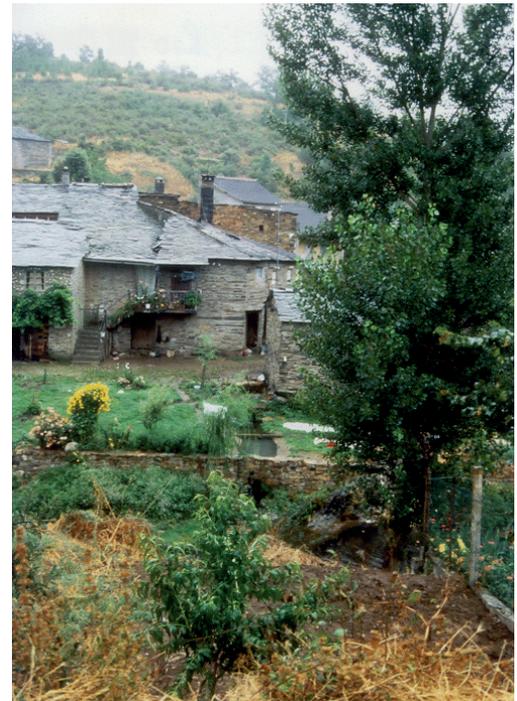
E se, no âmbito de um equilíbrio entre a modernidade e a tradição, é importante estudar o passado para podermos inventar o futuro, então estas matérias emergem significativamente no contorno da concertação de estratégias que procurem resolver questões que estão directamente relacionadas com o bem estar do Homem actual. Por isso, uma pequena reflexão sobre estas questões assume capital importância no sentido de encontrar princípios formalizadores válidos para um cada vez maior conhecimento, e conseqüente domínio, de algumas atitudes conceptuais que estão directamente agregadas ao bem-estar físico e psicológico do homem; afinal, a arquitectura, em última instância, deve ser entendida como uma arte que, apoiada no conhecimento que o homem soube administrar desde a sua génese, deve procurar tornar o mundo em que vivemos cada vez mais habitável.

Para melhor entender este assunto, convém, antes de tudo, tecer alguns considerandos sobre os vectores gerais que formalizam e que gravitam à volta destas questões conceptuais. Atitudes formantes que nem sempre apresentam uma resposta directa, já que também se interligam com aspectos sensoriais intrinsecamente ligados ao Homem. Estes últimos, mecanismos sensitivos que, como parece ser lógico afirmar, sempre tiveram uma influência decisiva na formulação compositiva do tipo de relações que desde os primórdios e ao longo dos tempos o Homem estabeleceu com o território que o albergava e defendia.

PERCEPÇÃO E SENSACÕES NO ESPAÇO DA ARQUITECTURA

A colocação de objectos num dado espaço impõe, através de uma tomada de consciência estimulada pela visão e pelos sentidos, forças perceptivas que organizam configurações visuais e lhes conferem expressão. O conhecimento da identidade dos objectos e das características de determinado ambiente através do ritmo, da geometria, dos volumes, do equilíbrio da proporção, da escala e, principalmente, dos campos de força, é um elemento obviamente valioso para qualquer indivíduo. A aparente estabilidade e permanência de muitos dos aspectos definidores de um ambiente espacial, cria um sentimento próprio, que provoca condições de reagir de uma forma rápida e lógica às alterações que nele se verifiquem, fazendo o indivíduo assumir um conjunto de comportamentos adequados a essa situação.

O homem, enquanto ser integrante de uma sociedade ou cultura, aprende, por experiência, o uso dos espaços, sejam eles do ambiente natural ou construídos. Aprende a avaliar as distâncias e a velocidade de deslocação dos objectos, bem como o movimento daquilo que o rodeia. Por outro lado, da sua própria deslocação, adquire a noção de direcção, de alcance e de amplitude de movimentos. A consciência que toma através da percepção é, assim, um processo de extraordinária importância na determinação de comportamentos e no sentir dos espaços arquitectónicos, quer eles sejam perfeitamente visíveis e delimitados, quer eles sejam transmitidos por uma dimensão oculta ou silenciosa; ou seja, tal como refere Francis Ching, por uma membrana espacial transparente que surge das tensões visuais que se estabelecem entre vários volumes¹. De modo idêntico, a dimensão física de cada espaço influencia a percepção que temos dele: efectivamente, um espaço de pequenas dimensões oferece, a quem o percebe, uma experiência e sensações completamente diferentes de um outro espaço de dimensões superiores onde, normalmente, é mais difícil definir limites e, conseqüentemente, pontos agregadores. Assim, quando as características espaciais de um dado local não são minimamente controladas pelos objectos circundantes, pode aferir-se que ele se encontra dentro de um vazio perceptivo. Sem qualidade espacial, por falta de uma rede de relações perceptivas, essa carência de definição exterior produz perdas de identidade. Contrariamente, quando o espaço é criado enquanto relação de objectos próximos entre si, esse vazio desaparece, tornando evidentes percepções visuais contidas, no âmbito de uma ordem assumida e especificada por esses objectos.



Rio de Onor

¹ CHING, F., *Arquitectura: forma, espacio y ordem*, México, s.d., pg. 139.



Roterdão, Holanda

Pelo atrás enunciado, e numa das leituras possíveis, podemos dividir a percepção em vulgar - aquela que é mais visível - e imaginativa - aquela que está ligada a forças ou tensões silenciosas e que tem a capacidade de suscitar reacções emocionais, fornecendo uma dimensão do espaço que, num sentido genérico, podemos considerar oculta.

Enquanto a primeira - a vulgar - se limita à realidade física e aos conceitos de ver e perceber, a percepção imaginativa não é uma atitude só do olhar. É também um método mental, onde se conjugam um tipo de análise, uma psicologia introspectiva e um raciocínio próprio da nossa experiência e da cultura onde estamos inseridos. Uma experiência que, no fundo, é portadora de um modelo exemplar, uma espécie de conhecimento intuitivo que temos sobre a experiência reflexiva. Neste caso, o que acontece não é descobrir os valores do objecto, nem a problemática espacial da situação, mas antes absorver uma série de elementos, porventura ligados ao sentimento, que nos fazem sentir um local, com tudo aquilo que ele tem para nos transmitir - efectivamente, tal como Corbusier partilhamos também do conceito de que o Sentimento é uma realização e torna-se imperativo; ele comanda, ele conduz: fixa a atitude e a profundidade das coisas².

Deste modo, cada local, cada pormenor, não é só avaliado pela nossa sensibilidade visual, mas também por um conjunto de sinais com características particulares, que nos fazem tomar consciência da mensagem global. Se tivermos consciência deste somatório de "entradas", podemos entender as afinidades que sentimos entre situações conceptuais que, visualmente, ou numa abordagem superficial não parecem estar tão próximas.

Com o tempo, o ser humano tem tendência a eliminar o pormenor e a sentir os espaços através de uma atitude mental direccionada para a absorção das suas estruturas mestras. Acaba por ser um conhecimento empírico, onde a assimilação de todas as componentes se faz por forças dominantes, que se mantêm reciprocamente em equilíbrio, fornecendo campos de força ocultos, mas que, inconscientemente, se encontram presentes nos nossos sentidos. É, na verdade, um processo inconsciente, onde esses campos de força principais acabam por nos fazer sentir a evolução e a qualidade desses espaços. Ora, umas vezes consciente, outras mais inconscientemente, ao percorrê-los somos confrontados com as mensagens, porventura simples, por eles projectadas e vamos retê-las, também, em função dos nossos circuitos introspectivos. Estas mensagens transmitem-se, ao longo do tempo,



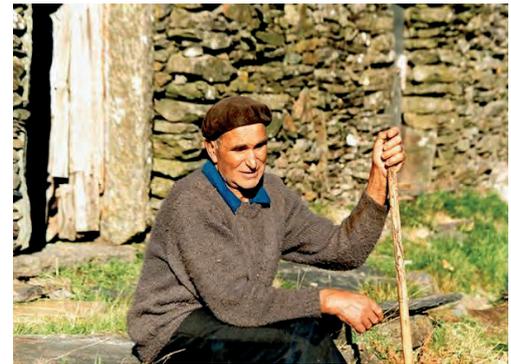
Bruxelas, Bélgica

aos indivíduos de uma mesma cultura, fazendo basear a sua assimilação em raciocínios próprios de uma experiência comum e num conjunto de conceitos que o tempo foi alicerçando, em função de necessidades intrinsecamente ligadas à vivência do homem. Estes códigos ou mensagens silenciosas, que têm as suas origens na cultura de quem os concebeu, são elementos directamente relacionados com as pessoas e, por isso mesmo, são um produto do seu modo de pensar e de agir.

Deste modo, qualquer abordagem ao meio ambiente construído pelo homem, seja através do edifício isolado, seja através de um conjunto de edifícios que dão

² CORBUSIER, Le, *Urbanismo*, São Paulo, 1992, pg.32

consistência a um determinado espaço, seja Bairro ou Cidade, deve também considerar as inserções culturais do indivíduo, isto é, é essencial avaliar a dimensão cultural e antropológica de toda esta problemática. Este facto torna-se importante, porque a percepção que o homem tem do mundo à sua volta, depende em grande parte da cultura a que pertence, e de tudo o que lhe está intrinsecamente associado, e isso vai posteriormente traduzir-se nos seus modos de sentir, de actuar e, conseqüentemente, de criar.



Montes, Vila Real

Tendo em consideração que a linguagem não é só uma expressão do pensamento, mas que é na realidade um elemento maior na sua formação³, não nos será difícil aceitar então, que os indivíduos de diferentes culturas, com línguas diferentes, habitem também diferentes mundos sensoriais; ou para sermos mais precisos, que indivíduos de culturas diferentes vivam em universos diferentes⁴. Daqui resulta uma filtragem cultural muito própria, de onde nasce toda a fertilidade capaz de gerar a diversidade de valores, de ideias e de sensações humanas, em diferentes locais.



Berlim, Alemanha

De acordo com as diferentes culturas, a percepção do espaço não implica apenas o que pode ser percebido, mas igualmente o que pode ser eliminado⁵. Assim, os indivíduos aprendem desde a infância, e porventura sem o saberem, a eliminar ou a conservar com atenção tipos de informação muito diferentes, mas sempre constantes numa determinada cultura. Uma vez adquiridos, estes modelos perceptivos parecem tornar-se fixos para toda a vida, sendo inclusivamente, por processos repetitivos, transmitidos de geração em geração.

Neste contexto, é ainda importante salientar que uma grande parte da existência do homem é alimentada por pulsões que lhe chegam do mais profundo do seu ser, desta zona que se chamou o inconsciente⁶. Um inconsciente que lhe provoca modos próprios e intuitivos de acção, mas que, ao mesmo tempo, se encontra carregado, através dos mecanismos já referidos, de uma relação íntima existente entre os padrões culturais e os perceptivos; assim, é pois de um misto de actividade consciente e de experiências irracionais, alicerçadas em atitudes culturais, sentidos e pensamentos, que vai surgir, num determinado momento e num dado espaço, um modo de intervir próprio; um modo de intervir e comportamental, naturalmente apoiado numa génese cultural, na evolução de conceitos e na valorização das necessidades objectivas inerentes ao bem-estar do homem.

Por outro lado, quando estamos a avaliar o passado, não é fácil percebermos à distância, o desenvolvimento da consciência progressiva que o homem tomou de si próprio, do seu ambiente - tanto construído como natural - e das relações dialécticas entre ambos. Todavia, se as regras de todo este sistema provêm, sempre, desde a sua génese, de uma relação muito directa entre o homem e a natureza, então é credível aceitar e fazer prevalecer que essa natureza forneceu ao Homem modos básicos de composição, ou códigos, que importa discernir.

³ HALL, E. T., *A Dimensão Oculta*, Lisboa, 1986, pg. 12.

⁴ SPERBER, O., *O Saber dos Antropólogos*, Lisboa, 1992, pg. 82.

⁵ HALL, E. T., *A Dimensão Oculta*, Lisboa, 1986, pg. 59.

⁶ ELIADE, M., *O Sagrado e o Profano*, Lisboa, s.d., pg. 216.

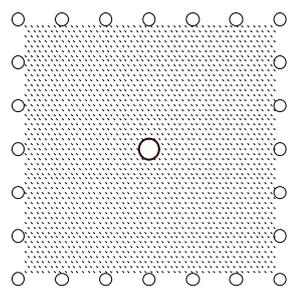
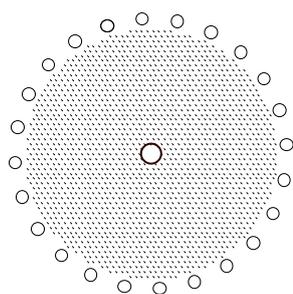


Cultura Megalítica – Cromeleque do Xarêz

De facto, a natureza, entidade dinâmica, complexa e multifacetada, transporta, paradoxalmente, uma ordem que gera uma norma. Uma norma perfeitamente equilibrada, onde qualquer desvio pode produzir tensões que se afastam dessa regra. No entanto, se, para sobreviver, a condição humana tinha de se adaptar à natureza, então as regras que esta transportava também tinham de ser assimiladas. O dia e a noite, a terra e a água, o frio e o calor, as árvores - que, para além de pontualmente se distinguirem no território, em determinadas épocas floriam e davam frutos -, todos eles se apresentavam através de uma racional e cíclica atitude interventiva da natureza, fomentando estados de ordem aos quais o homem se adaptou, começando, conseqüentemente, a viver em função dessa ordem. Da mesma forma, os pontos referência, dados pela natureza - por onde se guiava para não se perder e para distinguir os melhores lugares de caça -, ou as grutas - onde os planos eminentemente verticais e horizontais lhe proporcionavam o abrigo -, foram, com certeza valores que fizeram também parte de um exercício de pensamento.

Regendo-se pela natureza e compreendendo a ordem que lhe estava intrinsecamente associada, o homem aprendeu, conseqüentemente, a entender determinadas regras que acabaram por ter um peso decisivo no conhecimento, sempre evolutivo, que ele teve de si próprio; um conhecimento instintivo com que pôde gerir a sua sobrevivência e um conhecimento visual com regras que começaram a fazer parte do seu mundo perceptivo e sensorial.

Assim, não será também despropósito defendermos que, também para o norte de Portugal, o começo da arquitectura está intimamente relacionado com o desenvolvimento de um sentido de ordem, um sentido vertical, e do seu corolário, o plano horizontal⁷. Um entendimento e um desenvolvimento que proporcionaram em tempos bem remotos elementos construídos como os Dolmens, ou atitudes mais complexas que dispunham uma série de pedras em torno de um centro, centro esse onde era colocada uma maior. Situações bem ancestrais que, dentro de uma complexidade ordenada, já demonstram uma percepção humana que entende um sistema de relações, no qual várias partes, racionalmente arrançadas, dão consequência a um todo. Um todo ordenado, essencialmente dado por elementos pontuais que geravam, pela tensão criada entre eles, campos de forças ocultas. Resultando daí, através dos vários pontos agregadores, uma dimensão oculta dos espaços, nesses ambientes diferentes e demarcados territorialmente, emergia uma zona interior silenciosamente dominante, um dentro e um fora; havia, no fundo, um estado de ordem, incutido por um modo de intervir próprio que, gerando entidades agrupadas em relação a outras topologicamente diferentes, dava consistência a hierarquias espaciais.



Por tudo isto, podemos concluir que é plausível supor que o homem do norte de Portugal, pelo menos desde que se sedentarizou, para além de valorizar códigos próprios inerentes à sua cultura, já conhecia também algumas das regras que se opunham à desordem. Circunstâncias sem dúvida merecedoras da maior atenção, porquanto, estamos em crer, acabaram por vincular modos de agir futuros.

⁷ GIEDION, S., *La Arquitectura, Fenomeno de Transicion*, Barcelona, 1975, pg. 3.



Berlim, Alemanha

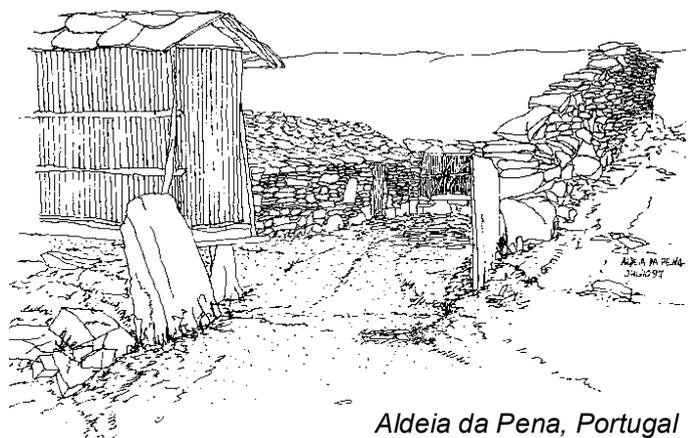


Stonehenge, Inglaterra

FORMALIZAÇÃO DOS VALORES TERRITORIAIS DO ESPAÇO PÚBLICO PARA O PRIVADO

Tal como refere Edward Hall, a territorialidade é geralmente definida como o comportamento característico adoptado por um organismo vivo para tomar posse de um território, defendendo-o contra membros da sua própria espécie⁸. Efectivamente, um indivíduo que possui o seu terreno, tem a possibilidade de elaborar um conjunto de reflexos em resposta à natureza desse terreno, construindo assim um espaço onde se pode sentir em segurança, preservar a sua identidade e a sua espécie e manifestar as suas funções individuais e “sociais”. Ao contrário do animal, que reage violentamente quando o seu espaço próprio é penetrado, o homem racional não pode ter este tipo de atitudes quando sente ameaçada a privacidade do seu espaço. Por isso, constituindo esta situação um problema mais complexo, procura, precocemente, articular respostas que conduzam a uma definição clara do seu território. Procura no fundo, encontrar o equilíbrio correcto entre as suas legítimas necessidades de privacidade e o facto de viver em sociedade. Sendo então a definição de um território um sistema de comportamento fundamental, o homem inventou várias maneiras de defender a sua terra, o seu solo, o seu espaço. Deste modo, através de leis ou códigos que desde cedo dominou, deu consequência a atitudes que demonstram intenções racionais na organização espacial. Constituindo a “casa” individual uma das estruturas de referência importantes, o homem provocou regras sociais, diferentes consoante o grupo cultural, que lhe permitiram defender a privacidade do espaço que habitava.

Este tipo de atitude dá origem a uma separação de espaços, separação essa que se define, usualmente, num espaço interior mais ligado ao abrigo e à sua qualidade excepcional única, onde o homem encontra protecção e conforto, e num exterior, pertença de todos, onde ele se encontra, consequentemente, mais exposto. Segundo Rob Krier, formal e funcionalmente, estes espaços, que hoje em dia denominamos de Público e Privado, regem-se por leis muito parecidas⁹, no



Aldeia da Pena, Portugal

⁸ HALL, E.T., *A Dimensão ...*, pg 19

⁹ KRIER, R., *El Espacio Urbano*, Barcelona, 1981, pg. 17 e 21.

entanto, cada um possui características e ambientes próprios, segundo conceitos que se perdem no tempo e que, por razões óbvias, fazem com que cada um fique sempre diferente do outro.

Nessa diferença entre o Público e o Privado, o Homem encontrou também zonas intermédias, de transição, que simbolizam e advêm do seu modo de viver e de estar com os outros; com elas, a clivagem entre esses dois mundos não se apresenta directa, propiciando relações sequenciais que tendem a proteger mais – nem que seja só psicologicamente – o interior do abrigo do Homem; a estas zonas são conferidas dicotomias hierárquicas, valores de um Lugar, que, como já vimos, acabam por ter na sua natureza cultural, as principais justificações conceptuais.

Neste contexto onde a relação entre o interior e o exterior se pode dar, não só pelos usos, mas também através dos sentidos psicológicos e sociológicos¹⁰, estabelecem-se, assim, determinadas relações espaciais, numa escala hierarquizada possuidora de degraus intermédios, entre os seus dois extremos – Privado e Público.

Quando as diferenças estão fisicamente bem definidas, são determinados elementos físicos que, de um modo perfeitamente visível, ocasionam a responsabilidade entre as partes. Já quando silenciosamente demarcadas, são as regras ou convenções que, sendo respeitadas por todos, estão associadas a um modelo exemplar de intervenção cultural. São por consequência, automaticamente entendidas por toda a colectividade, porque se encontram fortemente intuídas nesse espírito colectivo; o que se considera um comportamento padrão adquire uma força coerciva, que acaba por obrigar cada membro de uma determinada sociedade (e a própria sociedade no seu conjunto), ao seu cumprimento.

Tal como defende Bernardo Bernardi, a força coerciva transforma a cultura em norma, atribui-lhe, assim, um poder que limita a liberdade de escolha do indivíduo e o leva a conformar-se com formas estáveis de comportamento¹¹. Formas de comportamento que constituem um mecanismo de usos e costumes e que – baseando-se na necessidade que o homem tem de se identificar com outros homens – em concordância com diversas expressões culturais, fomentam todo um conjunto complexo de relações objectivas e silenciosas na estruturação destes diversos espaços, que apelidamos de Transição.



Citânia de Briteiros

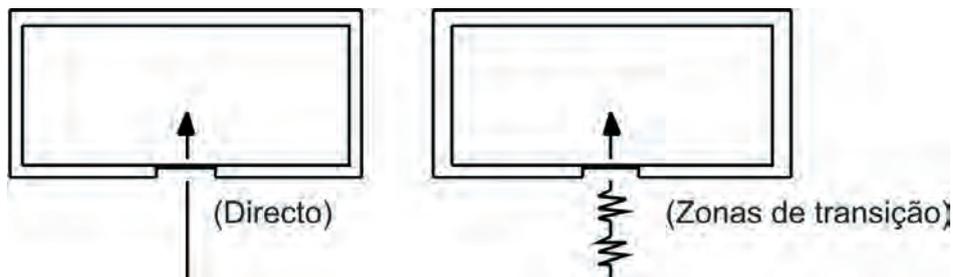
¹⁰ CONSIGLIERI, V., *A Morfologia da Arquitectura 1920-1970 – Volume I*, Lisboa, 1994, pg 229

¹¹ BERNARDI, B., *Introdução aos Estudos Etno-Antropológicos*, Lisboa, 1992, pg. 39

O VALOR DO ESPAÇO, NA TRANSIÇÃO DO PÚBLICO PARA O PRIVADO

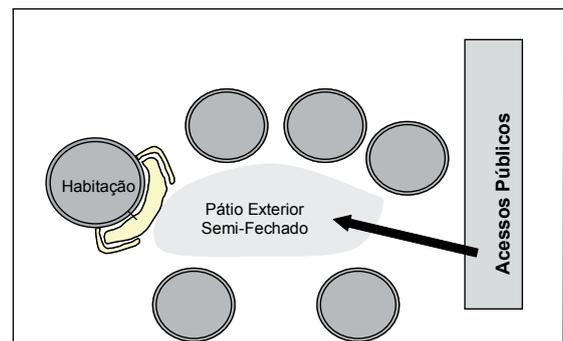
Estes espaços são elementos conceptuais que foram assimilados e passaram a fazer parte dos sentidos perceptivos do homem que, já nos primórdios da sedentarização, e como anteriormente vimos, entendia que da relação sequencial de vários pontos tridimensionais se estabeleciam, silenciosamente, marcações. Dimensões ocultas que, portanto, geravam territórios através da percepção imaginativa e que, naturalmente, se mostraram importantes quando o homem do norte de Portugal, ao fixar-se a um local, teve de criar, a uma escala diferente, os seus espaços próprios onde pudesse encontrar alguma protecção para habitar, nem que ela fosse só psicológica. Estruturas habitacionais intimamente relacionadas e influenciadas pelo meio físico e ambiental, mas também possuidoras de um sentido próprio no espaço que geravam, espaço esse reciprocamente relacionado com um homem ou um grupo de homens.

Um homem do norte de Portugal, com origem cultural naquela que hoje se denomina de Cultura Castreja, com uma identidade e com valores próprios que, quando se fixou pela primeira vez a um lugar, teve de encontrar os mecanismos possíveis para se proteger e para se poder relacionar colectivamente. Assim, tendo de viver em equilíbrio com facto de ter de interagir com os outros e, ao mesmo tempo, com a sua necessidade de intimidade, é natural que tenha privilegiado modos interventivos que, se por um lado lhe forneceram possibilidades para que o relacionamento acontecesse – em zonas abertas e predominantemente públicas – por outro, conferiram-lhe demarcações territoriais importantes que propiciaram o seu isolamento perante os outros – em zonas privadas.



Como vimos ao longo desta reflexão, conhecendo os códigos que faziam prevalecer, através da conjugação ordenada de várias partes, um todo percebido, o Homem deu conteúdo a entidades conceptuais adaptadas aos seus valores. Entidades autónomas, constituídas por várias construções que formavam as Unidades Habitacionais. Fechados em si próprios, estes Organismos, que pelo seu somatório constituíam os núcleos, faziam emergir, através do racional posicionamento do construído, um espaço exterior, não pertencente aos caminhos públicos, que era entendido como a expressão e o reflexo de uma zona menos pública e, conseqüentemente, mais privada. Configurando espaços interiores em relação a um exterior qualquer, estas zonas emancipadas não foram, naturalmente, fruto do acaso e demonstram um conhecimento para a percepção de estruturas geradas a partir de elementos isolados.

Transportando intencionalidades muito fortes, esta delimitação de uma zona com valores próprios gerava segregações, ou transições, em relação aos caminhos públicos; e estava, evidentemente, adstrita a um discurso organizativo eminentemente relacionado com as preocupações de sobrevivência, de individualidade e de vivência em sociedade.



Com todas estas atitudes, o Homem ancestral do norte de Portugal, tendo consciência que aquilo a que hoje se denomina de arquitectura podia provocar sensações e agir de um modo decisivo no seu bem estar, descobriu e formalizou entidades que protegeram o seu espaço privado. Esses Espaços de Transição, distinguidos por uma linguagem própria que apela, portanto, para a existência de zonas de transição entre o Público e o Privado, foram fruto de vontades que não mais parecem ter cessado de acompanhar o Homem, a atestar por alguns dos núcleos habitados hoje existentes no norte de Portugal e onde é ainda possível perceber uma cultura ancestral; efectivamente, apesar do homem se ter civilizado ao longo dos séculos, mantém a imutável necessidade desses Espaços de Transição, procurando, através da sua valorização, uma maior segurança física e psicológica de uma zona privada. Vontades topológicas que fazem parte de um discurso conceptual, racionalmente ordenado e orientado para valores próprios de uma dada cultura. E se, como no início referimos, só estudando e compreendendo o passado podemos inventar o futuro, então estes valores devem fazer parte das gramáticas operativas do presente, para que a continuidade, ainda que evolutiva, aconteça. Fruto de razões que, muitas vezes, a própria razão desconhece, são tudo atitudes que reflectem incondicionalmente um modo de pensar e formalizam significados onde os sentimentos a eles adstritos acabam por se confundir com a própria natureza humana. Provocando ao Homem a defesa do seu espaço privado, estes Espaços de Transição assentam num modo de agir que produziu valores permanentes que instruíram a arquitectura na zona norte de Portugal e que, portanto, devem ser referenciáveis na actualidade, enquanto portadores de uma tradição cultural. Valores que consideramos não alienáveis e que despontam na capacidade humana de saber organizar o conhecimento adquirido para produzir um novo saber.



Todas as imagens são do autor

Fernando Mariz

Natural do Porto, é Doutor em Arquitectura pelo Departamento de Expresion Grafica Arquitectonica da Universidade de Valladolid e licenciado pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. É membro de I&D do CITAD e tem participado, como assistente, orador, moderador e coordenador, em diversas conferências. Para além de exercer a actividade de arquitecto, é professor associado das Faculdades de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada do Porto e de V. N. de Famalicão, onde lecciona as Unidades Curriculares de Arquitectura e Projecto. É o Director da Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de V. N. de Famalicão.